

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM MOBILIDADE REDUZIDA NA REDE  
EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BA**

***INCLUSION OF STUDENTS REDUCED MOBILITY WITH THE EDUCATIONAL  
NETWORK OF PAULO AFONSO CITY– BA***

*Rilson José da Silva*  
noslir@yahoo.com.br

Estudante da Especialização em Gestão Pública Municipal  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

*Lilian Filadelfa Lima dos Santos*  
lilian.f.leal@gmail.com

Estudante da Graduação em Administração  
Faculdade São Francisco de Juazeiro – FASJ

*Débora Máira Messias Leal do Nascimento*  
deboramaira1@hotmail.com

Estudante da Graduação em Administração  
Faculdade São Francisco de Juazeiro – FASJ

*Thiago Magalhães Amaral*  
thiago.magalhaes@univasf.edu.br

Professor de Engenharia de Produção  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

*Jorge Messias Leal do Nascimento*  
jorge\_messias@ymail.com

Professor da especialização em Gestão Pública Municipal  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

**Resumo**

Acessibilidade é a condição para utilização dos espaços públicos ou privados com segurança e autonomia. Nesse sentido, a verificação deste direito assistido aos estudantes com mobilidade reduzida torna-se necessária, pois ambientes físicos escolares como todo o corpo docente precisam estar preparados para atender aos discentes com tais limitações. Objetivou-se com este estudo investigar e identificar a acessibilidade de estudantes com mobilidade reduzida na rede educacional do município de Paulo Afonso – BA. Foram realizadas pesquisas descritivas - exploratórias por meio de aplicações de questionários semiestruturados aos gestores ou responsáveis pelas 16 escolas e/ou colégios de maior porte do município de Paulo Afonso-BA. Além disso, realizou-se observação sistemática do espaço físico escolar para uma melhor interpretação dos resultados. Constatou-se que, de modo geral, os investimentos nas infraestruturas físicas internas e externas das escolas são relativamente baixos. Por outro lado, existe à formação e incentivo de programas fomentando a Educação Especial. Conclui-se que, a rede educacional do município de Paulo Afonso-BA necessita do fomento a políticas públicas educacionais especiais, fiscalização nos âmbitos escolares e valorização da diversidade de pessoal, em especial, aos que apresentam mobilidade reduzida.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Educação. Políticas Públicas. Necessidade.

### **Abstract**

Accessibility is the condition for the use of public or private spaces with security and autonomy. In this sense, the verification of this right assisted students with reduced mobility becomes necessary because, school physical environments as the entire faculty must be prepared to meet the students with such limitations. The objective of this study was to investigate and identify the accessibility of students with reduced mobility in the educational network of the city of Paulo Afonso-BA. Descriptive surveys were conducted - exploratory through applications of semi-structured questionnaires to managers or responsible for 16 schools and / or larger schools in the city of Paulo Afonso-BA. Additionally, observation was carried out systematic school physical space, for a better interpretation of results. It was found that , in general , investments in internal and external physical infrastructure of schools are relatively low , on the other hand, there is the training and incentive programs encouraging Special Education. In conclusion, the educational network of the city of Paulo Afonso-BA need to promote special educational public politics, supervision in school areas and enhancement of staff diversity, especially to those with reduced mobility.

**Keywords:** Accessibility. Education. Public Policy. Need.

## **INTRODUÇÃO**

Antes de mencionar o termo inclusão de deficientes físicos nas escolas, torna-se necessário conhecer o significado do termo acessibilidade, logo, esse corresponde à:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, DECRETO 5296/2004).

Conforme o artigo 1º do Decreto nº 186/2008 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pode-se dizer que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.

Dificuldade em se locomover em calçadas devido à altura, ondulações ou ausência de rampas, banheiros e de escola que não apresentam adaptações. A quem se pode atribuir responsabilidade de tudo isso? De que forma a sociedade pode contribuir para melhorar essa situação?

Sabe-se que todo ser humano tem direito a qualidade de vida, porém, no caso das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida no âmbito escolar, a busca por essa qualidade depende não só de uma ou duas entidades envolvidas, como exemplos, Ministério Público e Gestão Municipal, mas também da colaboração de todos os envolvidos direta ou indiretamente com a educação, como descreve Freitas:

[...] a inclusão desafia, pois, a mudança, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo” (FREITAS, 2006, p. 38).

Desta forma, de acordo com artigo 9º do Decreto nº 186/2008 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural.

Contudo, pode-se afirmar que, para a sociedade contribuir de forma satisfatória no auxílio à acessibilidade, é necessário que haja mais informação e conhecimento nesses aspectos para que possa haver mobilização no que diz respeito à cobrança aos órgãos e conselhos competentes, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e/ou a própria Gestão Municipal. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, “o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação na própria rede pública regular de ensino”. Isto significa que, tanto os ambientes físicos escolares como todo o corpo docente precisam estar preparados para atender aos discentes com tais limitações.

O Ministério Público Federal (MPF) preocupado com a sociedade no que tange a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente regular educacional editou em conjunto com a Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva em setembro de 2004 o documento intitulado “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” em que, já em sua apresentação deixa claro suas intenções com o citado documento:

O Ministério da Educação, comprometido com a garantia do acesso e permanência de todas as crianças na escola, tem como meta a efetivação de uma política nacional de educação inclusiva fundamentada na ideia de uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade (BRASIL, 2004).

Infelizmente, são poucas as escolas que se adequam a esta necessidade e, muitas vezes, se organizam apenas para mascarar as exigências da lei. Ainda de acordo com a LDB, no artigo 59, inciso III, os professores precisam de especializações adequadas em nível médio ou superior, para atendimento especializado e os professores de nível regular devem ser capacitados para integração desses discentes nas classes comuns.

A partir desse contexto, buscou-se explicar as dificuldades existentes nesse âmbito, no município de Paulo Afonso - BA, principalmente na rede educacional, e apresentar soluções que possam contribuir para melhoria da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Objetivou-se com esse estudo investigar a acessibilidade de portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida na rede educacional do município de Paulo Afonso – BA, visando à contextualização da relação entre a qualidade de vida e educação proporcionada a essas pessoas.

A partir da definição de acessibilidade, será possível observar sua ausência ou não nas escolas do município de Paulo Afonso-BA e o que gera como consequência nas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quanto à educação que têm recebido.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Educação para todos**

O ser humano, desde seu nascimento, passa por períodos de aprendizagem, cada um com suas diferenças e limitações. Para Souza e Filho (2008):

[...] no decorrer do desenvolvimento, o indivíduo estabelece sua capacidade de agir, questionar e fazer descobertas sobre o mundo vivencial, de pensar criticamente sobre os objetivos e as situações que o rodeia e de construir inclusive seus próprios valores morais através de relações interpessoais, estabelecidas com o ambiente físico e social.

Então, há um caminho muito longo e árduo para o desenvolvimento da criança ao convívio à sociedade em que vivemos hoje. A este processo de adaptação do ser humano ao mundo, pode-se comparar à educação que corresponde ao “processo de desenvolvimento da

capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social” (AURELIO, 1999, p.718).

Desta forma, verifica-se que apenas no conceito de educação este processo de forma geral tem um objetivo comum que é a melhor integração individual e social, significando que independente das limitações dos discentes, todos necessitam obter uma educação que atinja este fim.

Atualmente, percebe-se um movimento em favor da inclusão escolar, que garante aos discentes com deficiência, uma educação igual a que se oferece aos que não a possuem. Portanto, “A inclusão propõe uma pedagogia e uma escola das diferenças em contraposição às escolas dos/para os diferentes, e a nossa Política de Educação Especial, nessa perspectiva, é um passo decisivo para que consigamos chegar à escola que tanto queremos (MANTOAN, 2010, p.13).

Segundo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão o termo deficiência deve ser compreendido como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade ou capacidade parcial da pessoa desempenhar atividades dentro do padrão considerado normal do ser humano” (BRASIL, 2006, p.13). Isto não significa que ninguém possua capacidade para aprender e participar do processo de troca de conhecimentos que a educação proporciona, mas exige uma forma diferente que se adéque a limitação que possui.

É importante também, conhecer a definição da pessoa com mobilidade reduzida que “não é portadora de deficiência, mas tem dificuldade de movimentar-se, de flexibilidade, coordenação motora e percepção” (BRASIL, 2006, p.14). Isto é, a sociedade precisa estar preparada para receber alunos que se classificam dentro dessas definições, pois conforme Souza e Tavares (2010, p.1)

[...] existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física na educação infantil, onde a realidade é, muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças.

Partindo desse pressuposto, o discente que se enquadra nestas definições, “[...] é aquele que por apresentar necessidades diferentes dos demais alunos no domínio da aprendizagem requer recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos”. Assim, para que a educação alcance a todos de forma satisfatória e garanta o direito em adquiri-la é imprescindível “[...] acolher estes indivíduos e oferecer às pessoas com deficiência oportunidades educacionais, nas mesmas condições acessíveis aos outros” (SOUZA e TAVARES, 2010, p. 2).

Dados do IBGE (2010) revelam que 37% das crianças consideradas com deficiência intelectual na idade escolar (4 a 17 anos) estavam fora das escolas, um número alto, se levarmos em consideração a não realização de matrículas e/ou a evasão desses discentes com o passar do tempo como afirma a coordenadora do programa de extensão em formação continuada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial Enicéia Gonçalves Mendes, em entrevista dada ao *site* Rede Brasil Atual, em 2013: “A queda na taxa de matrículas indica que, a qualidade da educação é ainda menor para essa população, fazendo com que a exclusão e a evasão sejam as maiores”.

Todavia, percebe-se a carência de relevância atenção de Políticas Públicas voltadas para a inclusão educacional dessas pessoas no Brasil.

Após a compreensão do objetivo da educação e da inclusão escolar, percebe-se que é necessário um olhar cuidadoso neste âmbito e que os investimentos para garantir uma educação para todos são imprescindíveis e culmina na acessibilidade, que pode ser definida como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, DECRETO 5296/2004).

### **Um pouco do município de Paulo Afonso-BA**

Paulo Afonso é um município baiano que faz divisa com mais três Estados: Alagoas, Pernambuco e Sergipe. É considerada uma cidade jovem, foi emancipada em 1958 e tem segundo estimativa do IBGE (2014) 118.323 habitantes e possui 112 escolas municipais do ensino pré-escolar ao fundamental e ocupa ainda segundo o IBGE (2010) a 15ª posição dos 417 municípios do Estado. É também responsável por uma Unidade Regional de Secretaria de Educação do Estado, A DIREC 10, possui Faculdades e Universidades Privadas e Públicas, Estadual e Federal e, conta com um Instituto Federal, o Instituto Federal da Bahia- IFBA.

Contudo, a exemplo do Brasil como um todo, o município de Paulo Afonso tem dificuldades no enfrentamento às barreiras causadas pela falta de estruturas referente à acessibilidade, dificuldades estas não apenas físicas, mas tudo no que concerne à inclusão dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) como melhor capacitação dos educadores e menos burocracia por parte do governo.

Entretanto, a “capital da energia”, como é carinhosamente chamado este município, dado a grande capacidade de geração de energia elétrica, deve assim como as demais partes que compõe esta nação, priorizar a inserção do PNEE nas escolas públicas, conforme Rocha (2014):

Assim não cabe no cenário nacional qualquer discussão que envolva a limitação ou restrição deste direito, tendo todo aluno portador de necessidades educacionais especiais o direito de ser incluído em todos os níveis de ensino da rede regular, primando por uma educação heterogênea que trabalha com as diferenças e promove o desenvolvimento harmônico e a convivência social pacífica e solidária.

Com a adoção de medidas de adequação nas estruturas físicas escolares, como adaptação de banheiros para deficientes, rampas, corrimãos, dentre outras ações, são fundamentais para a inclusão, desenvolvimento educacional e conseqüentemente alavancando o êxito profissional no futuro do PNEE:

No ambiente escolar em especial, um meio físico acessível pode ser extremamente libertador e pode transformar a possibilidade de integração entre as crianças e o seu desempenho. Os ambientes inacessíveis são fator preponderante na dificuldade de inclusão na escola para as pessoas com deficiência e podem determinar que alguns sejam excluídos também do mercado de trabalho (CAMISÃO, 2003).

Desta forma, as condições das escolas merecem ser observadas no que se refere à acessibilidade oferecida a todos os discentes, visto que, muitos as frequentam passando por dificuldades e só os enfrentam pelo desejo de aprender e garantir melhoria e qualidade de vida.

A educação, enquanto política pública e social, não é um espaço da filantropia, da reprodução da desigualdade, da manutenção do sistema, mas da cidadania. É necessário mudar essa “política de esmola” e tratar a educação como algo sério, imprescindível ao desenvolvimento social. A democracia começa quando todos os cidadãos têm as mesmas oportunidades para alcançar uma boa qualidade de vida. (CARAVELAS, 2005, p. 26).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para realização do presente estudo foi utilizada a pesquisa descritiva, conforme Vergara (1998, p.45) “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Assim, esse tipo de pesquisa possibilita a busca de respostas para o objetivo proposto e, os resultados da pesquisa foram obtidos através da aplicação de questionário elaborado para coleta dos dados e observação sistemática do espaço físico escolar.

O público alvo da aplicação dos questionários foram os Gestores ou responsáveis legais das escolas municipais de Paulo Afonso-BA, no momento da entrega do questionário,

identificadas como partes da pesquisa, tendo por objetivo colher possíveis respostas no que se refere à acessibilidade quanto à qualidade na educação dos discentes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Foram analisados escolas e colégios municipais de Paulo Afonso-BA, referente à estrutura física e qualificação profissional dos que compõem estas redes de ensino. A escolha se deu mediante o critério de adequação e fornecimento de vagas, porte, estrutura, isto é, instituições que recebem número maior de discentes e possuem condições para oferecer os requisitos básicos necessários para atender aos alunos com limitações e/ou deficiência de maneira satisfatória proporcional à estrutura da cidade. Vale ainda mencionar que estes estabelecimentos de ensinos públicos abordados na pesquisa correspondem a 89% da zona urbana (16 das 18 escolas) e 50% da plenitude municipal (16 das 32 escolas), ou seja, zona urbana e rural.

Buscou-se a identificação da inacessibilidade, nas 16 (dezesseis) maiores escolas municipais de Paulo Afonso-BA, que impossibilitam os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida de desenvolverem seus estudos com maior eficiência, apontar as razões que impedem o investimento da acessibilidade nas escolas municipais e apresentar possíveis soluções para o problema em estudo.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa com os representantes das instituições de ensino da esfera municipal como metodologia deste trabalho, em seguida, foram exibidos os motivos de estudo e finalmente, serão expostas as principais discussões e conclusões desse estudo.

Para isso, foram entregues os questionários a cada representante escolar, isto é, servidor que no ato da distribuição do questionário estava responsável pela gestão da escola, contendo vinte e nove questões divididas nos seguintes temas: Dados dos respondentes, acessibilidade arquitetônica no exterior da instituição de ensino, acessibilidade arquitetônica no interior da instituição de ensino, quanto ao ensino e quanto à acessibilidade, abordando assim tanto a qualidade estrutural, quanto a pedagogia (ensino) voltada às práticas da acessibilidade e inclusão escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da análise dos dados, constatou-se o real cenário das escolas avaliadas. Também, foram verificadas as intenções dos gestores educacionais quanto à importância que a acessibilidade exige diante do processo educativo.

Analisando a Figura 1 pode-se observar o baixo número de investimentos nos meios de segurança para os PNEE, tanto na área externa, quanto no interior da escola, um exemplo é a inexistência de sinalizações, contrariando o que determina o Ministério da Educação-MEC (2006):

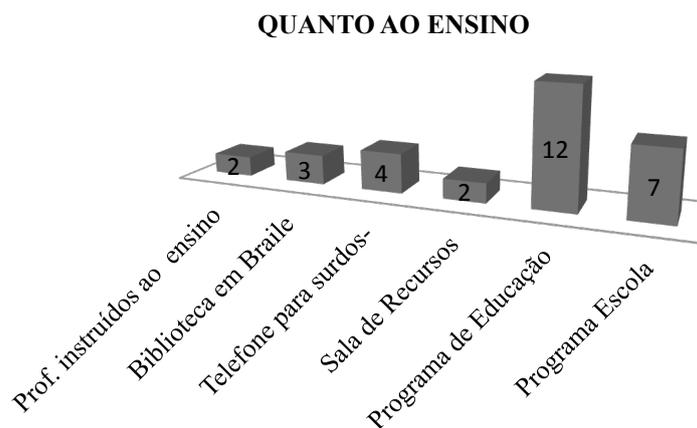
A adaptação do ambiente externo, quando necessária, a adaptação de rampas, banheiros, corrimão e iluminação seguem as normas técnicas universais de acessibilidade, ou devem ser garantidas na construção ou reforma dos centros de educação infantil. As escadas e corrimãos devem possuir contraste para as crianças de baixa visão e deve haver materiais sensoriais nas adaptações para crianças cegas (BRASIL, MEC, 2006).



**Figura 1:** Dados referentes à existência de meios e ferramentas básicas nas dependências internas e externas nas 16 escolas para um bom atendimento aos PNEE – Paulo Afonso (BA), 2015

Observou-se ainda a existência de programas educacionais voltados à Educação Inclusiva como pode-se perceber na Figura 2, porém, com utilização pouco expressiva como orienta o MEC:

É também necessária a sinalização do ambiente por diferenciação de piso, comunicação verbal para sinalizações em parque, ambiente aberto, elevadores e comunicação braile em portas e corredores (BRASIL. MEC, 2006).



**Figura 2:** Dados demonstrativos nas 16 escolas quanto a existência de recursos físicos e pedagógicos em investimentos ao bom ensino aos PNEE – Paulo Afonso (BA), 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi exposto neste artigo, observa-se que, os números alcançados através da pesquisa referente às ferramentas, meios e investimentos no que tange a Educação Inclusiva, apesar da existência de programas Federais para este fim está muito aquém de oferecer uma educação satisfatória aos PNEE.

Priorizar as Políticas Públicas Educacionais Especiais, atentar para a importância da fiscalização advinda da sociedade e dos órgãos competentes poderiam ser opções decisivas frente à situação atual deste município e que poderia iniciar uma concreta valorização da diversidade de pessoas com deficiência. Kunc (1992):

Se quisermos criar escolas em que os alunos se sintam acolhidos e parte de uma comunidade, então devemos começar por criar escolas que acolhem a diversidade de todas as crianças.

E ainda conforme Kupfer (2000):

“[...] entretanto, se a escola puder ser um lugar de abertura para o sujeito, lugar de transformação e eliminação das desigualdades, lugar de exercício da diferença, então não haverá mais crianças com necessidades especiais. Todas elas portarão necessidades especiais e todo educador será um educador especializado. Aquilo que se deve propor para a criança especial é o que se deve propor para qualquer criança. Inclusão escolar é para todas.” (p. 153)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada* / Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. p. 8.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Brasília: MEC/SEE, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Prova Brasil*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicalevantamentos-acessar>>. Acesso em: 15. Nov. 2014

BRASIL. *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004, p. 13.

CAMISÃO, Verônica. *Acessibilidade & Educação inclusiva*. Disponível em <[http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report\\_acessibilidade\\_educacao\\_inclusiva\\_pt.html](http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report_acessibilidade_educacao_inclusiva_pt.html)> Acesso em: 23 out. 2014.

CARAVELAS, Luciana. *Novo Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 718.

CARAVELAS, Luciana. *O prazer de ser professor*. Recife: Bagaço, 2005. p. 23.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 718.

IBGE, 2010. *Censo Demográfico*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dados referentes ao município de Paulo Afonso- BA, disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292400>>. Acesso em: 05 de out. 2014

KUNC, Norman. *A necessidade de pertencer: Redescobrimo hierarquia das necessidades de Maslow*. Originalmente publicado em: Villa, R., Thousand, J., Stainback, W. & Stainback, S. Reestruturação Caring & eficaz Educação Baltimore: Paul Brookes, 1992. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.broadreachtraining.com/articles/indxarti.htm&prev=/search%3Fq%3DN.kunc1992%26biw%3D1280%26bih%3D643>>. Acesso em: 6. Set. 2014.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Tratamento e escolarização de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento*. Salvador: Ágalma. 2000. p. 153

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O atendimento educacional especializado na educação inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*. Brasília, 2010. p 15.

MARANHÃO, Angela... [et al]; *O prazer de ser professor*. Recife: Bagaço, 2005. p. 120.

OLIVEIRA, Cida de. *Só 5,0% das crianças com deficiência que entram na escola chegam ao ensino médio*. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/03/dos-alunos-com-deficiencia-que-entram-na-escola-so-5-chegam-ao-ensino-medio-1>>. Acesso em: 9. Set. 2014. Rio de Janeiro: WVA, 1999, p. 174.

ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. *A inclusão escolar dos portadores de necessidades educacionais especiais como direito fundamental*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46949&seo=1>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SASSAKI, Romeu Kasumi. *Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos*. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2010.

SOUZA, Ana Paula de; FILHO, Mário José. *A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional*. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1821Sousa.pdf>>. Acesso em: 16. Out. 2014.

SOUZA. Eliza Martins, TAVARES Helenice Maria. Acessibilidade da criança com deficiência física na escola. *Revista da Católica*. 2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/index.php?pagina=sumariov2n4>>. Acesso em: 22. Set. 2014

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.